O colosso de Curitiba

ESCÂNDALO Dallagnol queria construir um monumento à Lava Jato. A megalomania do procurador agora cobra seu preço

POR RODRIGO MARTINS

A tática é manjada, mas quase sempre funciona. Toda vez que a força-tarefa da Lava Jato se vê acuada por novas revelações trazidas pelo site The Intercept, uma nova operação é deflagrada para direcionar a atenção da mídia aos costumeiros alvos. Na quarta-feira 21, a Polícia Federal saiu à caça dos ex-executivos da Odebrecht Maurício Ferro, genro de Emílio Odebrecht, e Nilton Serson. Com estardalhaço, também cumpriu um mandado de buscas em endereços de Bernardo Gradin. O objetivo, segundo o Ministério Público Federal, é "aprofundar a investigação de crimes de corrupção e lavagem relacionados à edição das Medidas Provisórias 470 e 472, as quais concederam o direito de pagamento dos débitos fiscais do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) com a utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores". Na prática, a espetaculosa ação serviu para requentar acusações contra dois ex-ministros de governos petistas, Antonio Palocci e Guido Mantega.

Curiosamente, nesse mesmo dia, revelou-se mais uma faceta de Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa curitibana: a intenção de erguer um monumento em homenagem ao seu próprio trabalho, tal qual o Colosso de Nero, gigantesca estátua de bronze que o imperador romano mandou construir com sua imagem. O cristão Dallagnol talvez tenha se esquecido da passagem bíblica sobre os devastadores efeitos da adoração ao Bezerro de Ouro. Seu delírio de grandeza foi detalhado em mensagem no aplicativo Telegram: "A minha primeira ideia é esta: algo como dois pilares derrubados e um de pé, que deveriam sustentar uma base do País que está inclinada, derrubada. O pilar de pé simbolizando as instituições da Justiça. Os dois derrubados simbolizando o sistema político e sistema de justiça", explicou a colegas, conforme uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, em parceria com o The Intercept. Será que alguém entendeu?

Os diálogos aconteceram em maio de 2016. Dallagnol não escondia a empolgação com o projeto. "Isso virará marco na cidade, ponto turístico, pano de fundo de reportagens e ajudará todos a lembrar que é preciso ir além... Posso contar com seu apoio?", perguntou ao então juiz Sérgio Moro, hoje ministro da Justiça de Bolsonaro. Até mesmo para o magistrado, que atuava em parceria com os procuradores, algo impensável em qualquer nação onde vigore o Estado de Direito, a ideia parecia estapafúrdia. "Não é melhor esperar acabar (os trabalhos da Lava Jato)?", sugeriu Moro. Diante da insistência de Dallagnol, a propor um concurso para a concepção da obra, o juiz despejou um balde de água fria: "Melhor deixar para depois. Em tempos de crise, o gasto seria questionado e poderia a iniciativa toda soar como soberba".

O chefe da força-tarefa curitibana buscava traçar "estratégias de *marketing*" das "reformas necessárias", entre elas o seu pacote de "10 medidas contra a corrupção". Não que a ação fosse

Parceria. O auditor fiscal Roberto Leonel fazia "consultas informais" para a Lava Jato na Receita, indicam mensagens vazadas. Moro o promoveu à chefia do Coaf

•CCSeuPaisRodrigo1069_ok.indd 26 22/08/19 13:18

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 34
Eleições 2020.
Turbinado pelo Fundo Partidário, o PSL sonha alto

FERNANDO FRAZÃO/ABR E VALTER CAMPANATO/ABR

necessária. À época, quase a totalidade dos veículos de comunicação apoiava acriticamente a Lava Jato, a despeito da evidente instrumentalização política da operação. As grosseiras violações aos direitos dos acusados, como a banalização das prisões cautelares para forçar delações e os grampos instalados em escritórios de advocacia, foram ignoradas pela mídia, e somente agora, com as mensagens vazadas pelo The Intercept, começam a despertar indignação.

Diálogos revelados pela *Folha* no domingo 18 revelam que os procuradores obtiveram informalmente dados da Receita Federal em diversas ocasiões, sem requisição formal nem autorização judicial para a quebra do sigilo fiscal dos alvos da consulta. A força-tarefa contou com a inestimável colaboração do auditor fiscal Roberto Leonel, que chefiava a área de inteligência da Receita em Curitiba até o ano passado. Em 2019, sob o governo Bolsonaro, foi conduzido à presidência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras por indicação de Moro. Após criticar a decisão do Supremo Tribunal Federal de suspender investigações que usem dados detalhados do Coaf, entre elas um inquérito contra Flávio Bolsonaro, primogênito do presidente, Leonel acabou chutado do órgão de controle, ora transferido do Ministério da Justiça para o Banco Central.

Entre as vítimas da bisbilhotice ilegal figurava Élcio Pereira Vieira, conhecido como Maradona, o caseiro do sítio em Atibaia atribuído a Lula. "Vcs checaram o IR de Maradona? Não me surpreenderia se ele fosse funcionário fantasma de algum órgão público

Devaneios. O chefe da força-tarefa empolgou-se com o projeto: "Isso virará marco na cidade, ponto turístico". Os leitores conseguem imaginar a cena?

•CCSeuPaisRodrigo1069_ok.indd 27 22/08/19 13:18

Alvo. Élcio Vieira, conhecido como Maradona, caseiro do sítio em Atibaia atribuído a Lula, teve dados fiscais bisbilhotados por Dallagnol e seus colegas

(*comissionado*)", disse Dallagnol a seus colegas, pelo Telegram, em 15 de fevereiro de 2016. "Pede pro Roberto Leonel dar uma olhada informal", emendou. Uma semana depois, Moro autorizou a quebra do sigilo fiscal do caseiro, mas não há qualquer informação do Fisco sobre ele no processo.

Seis meses antes, em agosto de 2015, quando surgiram notícias de que a Odebrecht facilitou negócios de Taiguara Rodrigues dos Santos, sobrinho do ex-presidente Lula, em Angola, o procurador Roberson Pozzobon foi o primeiro a querer acionar o auditor da Receita. "Quero pedir via Leonel para não dar muito na cara, tipo pescador de pesque e pague rsrsrs", disse a Dallagnol. As mensagens foram reproduzidas conforme a grafia encontrada nos arquivos originais.

Embora os procuradores da Lava Jato repitam sempre que não reconhecem as mensagens, pois o "material é oriundo de crime cibernético e sujeito a distorções, manipulações e descontextualizações", Dallagnol usou as redes sociais para negar ilegalidades na relação com Leonel. Segundo ele, a força-tarefa recebe informações da Receita em três situações, "sempre com amparo na lei": mediante quebra de sigilo fiscal decidida por juiz, quando o Ministério Público requisita informações, amparado pela Lei Complementar 75/93, ou ainda na hipótese de a própria Receita identificar indícios de crimes.

Nenhuma dessas situações encaixa-se na "olhada informal" dos dados fiscais do caseiro solicitada por Dallagnol ou na estratégia de pesca, "para não dar muito na cara", descrita por Pozzobon. "Essas consultas informais são uma afronta à Constituição, que resguarda a inviolabilidade da intimidade do cidadão no artigo 5º, incisos X e XI", avalia o advogado Rafael Valim, doutor em Direito Administrativo pela PUC de São Paulo e professor visitante das universidades de Oxford e Manchester, na Inglaterra. "Por sinal, esse foi o entendimento de Dias Toffoli ao suspender o inquérito contra Flávio Bolsonaro, baseado em dados do Coaf obtidos sem aval da Justiça."

Em carta, deputados norte-americanos exigiram explicações da colaboração dos EUA com a Lava Jato

Na verdade, a decisão do presidente do STF estende-se a todas as investigações criminais lastreadas em dados detalhados de instituições de controle sem autorização judicial. Toffoli vê o "risco de persecuções penais fundadas no compartilhamento de dados bancários e fiscais dos órgãos administrativos e de controle com o Ministério Público". Sem o estabelecimento de limites das informações que podem ser repassadas, acrescenta o ministro, as investigações "podem redundar em futuros julgamentos inquinados à nulidade por ofensa às matrizes constitucionais da intimidade e do sigilo de dados".

As arbitrariedades da Lava Jato começam a ressoar pelo mundo. Na terça 20, um grupo de deputados americanos do Partido Democrata enviou uma carta ao governo dos EUA cobrando explicações da extensão e nível de cumplicidade de autoridades de seu país com a operação "anticorrupção" brasileira. "Queremos garantir que as atividades no Brasil não encorajaram nenhuma forma de má conduta por parte das autoridades judiciais brasileiras ou tenha apoiado procedimentos judiciais que violem princípios éticos básicos", diz um trecho do texto, a enfatizar que Lula, preso há mais de 500 dias, não teve um julgamento justo. Só não vê quem não quer. •

REPRODUÇÃO

•CCSeuPaisRodrigo1069_ok.indd 28 22/08/19 13:18